

ILMA. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE – CICGSS, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS – SES/GO.

Instrumento de Chamamento Público nº 01/2024-SES/GO

Processo: 202300010063744

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente qualificado como Organização Social no Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, “a”, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 165, I, no Decreto nº 10.356, de 8 de dezembro de 2023, mais precisamente o artigo 5º, § 8º e demais dispositivos legais pertinentes à matéria e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital (fl. 12), vem, perante Ilma. Sr.ª, **interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Resultado preliminar do Chamamento Público nº 01/2024-SES/GO**, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na **Policlínica Estadual Ismael Alexandrino Pinto - São Luís de Montes Belos**, localizada na Rodovia GO-060, Km 118 –Zona de Expansão Urbana - São Luís de Montes Belos - GO, proferido por essa ilustre comissão no âmbito do certame tombado sob o número em epígrafe, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Ab initio, cumpre ressaltar que o presente recurso é devidamente tempestivo e encontra amparo na legislação vigente, consoante restará demonstrado.

Compulsando-se os autos do processo, verifica-se que a decisão ora atacada foi veiculada no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde no dia 14/10/2024, iniciando-se a contagem do prazo, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 15/10/2024.

Neste esteio, considerando a previsão editalícia para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis – contida no item 11.3 do Edital (fl. 12), tem-se por *dies ad quem* 17/10/2024. Perfaz-se tempestivo, portanto, o presente apelo.

2. DA SÍNTESE DO PROCESSO

O Estado de Goiás, através da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde – CICGSS - SES/GO, está promovendo o presente certame, na modalidade Chamamento Público - tipo melhor técnica, com vistas a selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na Policlínica Estadual Ismael Alexandrino Pinto - São Luís de Montes Belos, localizada na Rodovia GO-060, Km 118 -Zona de Expansão Urbana - São Luís de Montes Belos - GO. Credenciaram-se para participar do chamamento 05 (cinco) entidades.

Em 27/09/2024 foi realizada a sessão de entrega dos envelopes nº 01 – Propostas Técnicas e envelopes nº 02 - Habilitações e, ato contínuo, abertura dos envelopes de nº 01 dos concorrentes, sendo informado pela comissão que a notificação do resultado seria divulgada no sítio eletrônico da SES/GO.

Após a análise dos documentos apresentados, a Comissão Interna proferiu a publicação do julgamento no sítio eletrônico da SES/GO em 14/10/2024 e, numa decisão manifestamente equivocada, data máxima vênica, decidiu pela desclassificação do ora recorrente, apresentando a seguinte justificativa:

***DESCCLASSIFICADAS POR NÃO ATINGIREM O MÍNIMO DE
50% EM UM DOS CRITÉRIOS (FA1, FA2 E/OU FA3)***

4º INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO NT= 25,05 (FA1- 9,10; FA2 - 18,40; FA3 - 42,00) - (desclassificada no critério FA1) (Grifo nosso)

Foram declaradas classificadas a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA EVANGÉLICA NT= 33,40 - (FA1 - 19,0; FA2 - 20,00; FA3 - 54,25), INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO NT= 26,80 (FA1 - 11,50; FA2 - 17,55; FA3 - 45,20), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NT= 22,56 (FA1 - 12,10; FA2- 17,50; FA3- 34,20).

Aduza-se também ter sido desclassificado do certame o CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA NT= 19,64 (FA1 - 14,70; FA2 -18,10; FA3 - 24,50) - (desclassificada no critério FA3).

Irresignado com a situação, vem o IGH, perante essa respeitosa comissão, interpor o presente recurso administrativo, baseado nas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. DAS RAZÕES RECURSAIS:

3.1. DA INJUSTA DESCLASSIFICAÇÃO DO IGH - QUANTO AS NOTAS ATRIBUÍDAS NA PROPOSTA TÉCNICA:

Da análise da matriz de avaliação apresentada, observa-se que a pontuação atribuída aos itens em questão contradiz diretamente o que foi solicitado no chamamento público, apresentando critérios de avaliação que ultrapassam o previsto no edital, o que será detalhado a seguir:

3.1.1. Fluxo Operacional – Áreas Restritivas (Item FA.1)

No que tange ao item **FA.1**, que prevê a implantação de fluxos individualizados para cada perfil de unidade de saúde, especificamente relacionado ao fluxo operacional em áreas restritivas, externas e internas, foi atribuída a pontuação de 1,0 (de um total de 1,5 pontos possíveis).

Conforme a avaliação da comissão interna, a nota máxima não foi concedida devido à ausência de informações que identificassem as áreas restritivas por setor.

Entretanto, cabe ressaltar que consta no edital do chamamento público apenas solicitação da descrição do fluxo dessas áreas, sem demandar qualquer especificação adicional, vide item 26.2.1, página 26.

Além disso, a comissão apontou a falta de descrição do fluxo de pacientes em áreas como Hemodiálise (ainda não implementada, mas prevista no plano de trabalho – Edital Anexo I – item 32.6), EDA e colonoscopia, e o acesso de funcionários à CME. É importante esclarecer que tais áreas restritas são, por definição, inacessíveis aos pacientes, que só transitam por elas durante o atendimento, sendo acompanhados por profissionais, o que limita sua circulação nessas áreas. Logo, a descrição apresentada atende ao solicitado no edital, sem exigir detalhamentos adicionais não previstos.

3.1.2. Fluxo de Registro e Documentos (Item FA.2)

A pontuação atribuída ao fluxo de registro e documentos de usuários e administrativos foi de 0,9, (de um total de 1,5 pontos possíveis). Segundo a avaliação da comissão, a nota máxima não foi alcançada devido à ausência de um modelo estruturado de documento e de mecanismos de acesso e segurança para os pacientes.

Contudo, o edital do chamamento público não demandava a apresentação desses elementos, solicitando apenas a criação de fluxos. A avaliação mostra-se subjetiva, uma vez que a proposta técnica contemplou a política institucional de segurança de dados, conforme previsto no item "Segurança da Informação", alinhando-se integralmente às exigências contidas no instrumento convocatório.

3.1.3. Fluxo de Materiais Esterilizados e Rouparia (Item FA.3)

A nota atribuída ao item referente ao fluxo unidirecional de materiais esterilizados e rouparia foi de 0,5 (de um total de 1,5 pontos possíveis). O edital solicitava apenas a apresentação do fluxo, sem exigir detalhes sobre os setores envolvidos. A descrição apresentada foi clara quanto ao processo de esterilização e atendeu integralmente ao quanto exigido no instrumento convocatório.

Dessa forma, a exigência de maior detalhamento, conforme apontado pela douda comissão, demonstra certa subjetividade e vai além do que foi previsto no edital, comprometendo o princípio da transparência e igualdade de condições entre os concorrentes.

No tocante ao fluxo da rouparia, em nenhum momento foi solicitado no edital que o serviço deveria detalhar a existência de lavanderia própria ou contrato terceirizado. Assim, foi optado por descrever o fluxo dentro do CME, que abrange as normas de biossegurança aplicáveis a uma policlínica, considerando o número reduzido de procedimentos e a economia de recursos.

3.1.4. Fluxo de Resíduos de Serviços de Saúde (Item FA.4)

A pontuação atribuída ao fluxo de resíduos de serviços de saúde foi de 1,0 (de um total de 1,5 pontos possíveis). A comissão argumentou que a descrição não incluía o número de lixeiras, o que só poderia ser adequadamente tratado no momento da elaboração do plano de gerenciamento de resíduos, após a assunção da unidade pela Organização de Sociedade Civil (OSC). O fluxo apresentado abordou todas as etapas solicitadas, incluindo o acondicionamento, segregação, transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos, conforme condições previstas no instrumento convocatório.

3.1.5. Implantação de Logística de Suprimentos (Item FA.5)

No subitem referente à implantação da logística de suprimentos, foi atribuída a nota de 0,5 (de um total de 1,0 ponto possível). O edital solicitava apenas a apresentação de fluxograma, e a proposta técnica detalhou de forma clara os processos de aquisição e distribuição de suprimentos, como medicamentos e materiais. Mais uma vez, a comissão aplicou um critério subjetivo que não estava previsto no instrumento convocatório.

3.1.6. Tecnologia da Informação e Controle Gerencial (Item FA.6)

A nota atribuída ao projeto de tecnologia da informação foi de 0,7 (de um total de 1,0 ponto possível). A comissão mencionou a ausência de descrição de módulos específicos e estudos de risco. No entanto, o projeto apresentado excede o solicitado, detalhando todas as etapas e abordando

integralmente os requisitos estabelecidos no edital, conforme demonstrado nas páginas 74 a 84 da proposta.

3.1.7. Incrementos de Atividades (Item FA.7)

O item "Incrementos de Atividades", com pontuação total de 5, recebeu nota zero. É preciso esclarecer que o incremento de atividades só pode ser avaliado após o diagnóstico situacional da unidade, o que ocorre após a sua assunção. A proposta apresentada incluiu, além da acreditação hospitalar, a implantação de projetos assistenciais e sociais alinhados às políticas públicas, cumprindo integralmente o previsto no chamamento, que não detalhava os critérios para a proposição dessas atividades.

3.1.8. Acolhimento (Item FA.8)

O item "Acolhimento" foi pontuado em 0,8 (de um total de 1,5 pontos possíveis). A comissão justificou que não houve detalhamento suficiente sobre como o acolhimento seria implementado na prática. Entretanto, a proposta seguiu os princípios da Política Nacional de Humanização, com estratégias claras e definidas para o acolhimento dos usuários, abordando a satisfação do paciente e o tratamento de suas demandas, conforme descrito na proposta.

3.1.9 Apresentação de quadro médico (item FA3.2)

No item que requer a “Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho, constando forma de vínculo, horário e salário”, foi pontuado em 2,0 (de um total de 2,5 pontos possíveis). **A comissão argumentou que o IGH apresentou um quadro de dimensionamento médico onde há todas as especialidades, porém justificou que a planilha não trazia a forma de vínculo.**

Entretanto, acreditamos que houve um mero equívoco por parte da comissão, passível de revisão, tendo em vista que **tanto na página 08 da proposta de preços, bem como, na página 1175 da proposta de trabalho, constam no cabeçalho a forma de contratação do Dimensionamento Assistencial Médico na forma de “PESSOA JURÍDICA-PJ”, podendo ser facilmente verificado pela douda comissão, conforme imagem a seguir:**

CUSTO TOTAL DE HONORÁRIOS MÉDICOS									
575.716,53									
CONSULTAS									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
ANESTESIOLOGIA	1X12	12	60	240	42.092,98	175,39	2.104,65	4.209,30	
ANGIOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
CARDIOLOGIA	1X9	9	45	180	31.569,74	175,39	2.104,65	4.209,30	
DERMATOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
ENDOCRINOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
GASTROENTEROLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
GINECOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
HEMATOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
INFECTOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
MASTOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
MÉDICO CLÍNICO GERAL	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
NEFROLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
NEUROLOGIA	1X6	6	30	120	21.046,49	175,39	2.104,65	4.209,30	
OBSTETRICIA (PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO)	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
OPHTALMOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
OTORRINOLARINGOLOGIA	1X9	9	45	180	31.569,74	175,39	2.104,65	4.209,30	
PEDIATRIA	1X8	8	40	160	28.061,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
PNEUMOLOGIA	1X12	12	60	240	42.092,98	175,39	2.104,65	4.209,30	
PROCTOLOGISTA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
PSQUIATRIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
REUMATOLOGIA	1X4	4	20	80	14.030,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
UROLOGIA	1X8	8	40	160	28.061,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
RADIOLOGIA	1X8	8	40	160	28.061,99	175,39	2.104,65	4.209,30	
TOTAIS		136	680	2.720	477.053,81	4.209,30	50.511,58	101.023,16	
SADT									
TURNO	MÉDICO X HORA	TOTAL DE HORAS/DIA	TOTAL DE HORAS/SEMANA	TOTAL DE HORAS/MÊS	TOTAL MÊS	VALOR HORA atual	VALOR PLANTÃO 12H	VALOR PLANTÃO 24H	
COLONOSCOPIA / ENDOSCOPIA	3X7	21	105	420	73.662,72	175,39	2.104,65	4.209,30	
TOTAIS		21	105	420	73.662,72	175,39	2.104,65	4.209,30	
DIREÇÃO									
					TOTAL MÊS				
GERÊNCIA MÉDICA					25.000,00				
TOTAIS					25.000,00				

Esse documento foi assinado por JOEL SOBRAL DE ANDRADE. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/5268T-J4H8X-AN75Z-QGQWT>



4. CONCLUSÃO

Ante todos exposto, verifica-se que a comissão interna aplicou notas em vários itens, de forma equivocada, com base em critérios que não estavam previstos objetivamente no edital do chamamento público em epígrafe, sendo exigido detalhes que ultrapassam as especificações constantes no edital. A avaliação demonstrou uma determinada subjetividade, comprometendo o

Esse documento foi assinado por PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/UKTB5-5DL3D-G8KXX-TAJDS>

princípio da isonomia entre os concorrentes e a transparência do processo. Requer-se, portanto, a revisão das pontuações, conforme os fundamentos expostos.

Nesse sentido, cumpre destacar que a administração pública possui a prerrogativa de revisar seus próprios atos a qualquer momento, com vistas à adequação ao princípio da legalidade e da autotutela. Nesse sentido, a Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) é clara ao estabelecer que:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Dessa forma, a Comissão Interna, no exercício do seu poder de autotutela, pode rever seus próprios atos e decisões, incluindo a desclassificação do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), caso verifique equívocos ou inconsistências na análise realizada. Tal revisão está amparada no princípio da autotutela, que visa corrigir ilegalidades e evitar prejuízos injustificados aos administrados.

Ainda, cumpre lembrar que o exercício desse poder de revisão pela Comissão Interna deve observar, além da legalidade, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal. Tais princípios exigem que os atos administrativos sejam justos, proporcionais e aplicados de forma equânime entre todos os participantes do certame, de modo a garantir a lisura do processo e a igualdade de condições.

5. DOS PEDIDOS

Ante aos fatos narrados e as razões de fato e de direito acima aduzidas e confiando nos trabalhos dessa I. Comissão, que uma vez alertada quanto aos equívocos apontados não se quedará inerte, espera e confia este Recorrente sejam acolhidas as presentes razões, onde requer:

- 1) Com base no princípio da autotutela, requer-se que a douta comissão interna realize a retificação da nota técnica do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, adequando-a aos ditames objetivos estabelecidos no edital.
- 2) Seja o presente recurso recebido e julgado procedente para que seja reformada decisão proferida por esta *r.* comissão, no sentido de se reverter a desclassificação do INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, declarando-o como classificado a prosseguir no Chamamento Público nº. 001/2024, pelas razões expostas acima;
- 3) Caso a comissão entenda pela improcedência total ou parcial do presente recurso, requer a remessa do mesmo para análise da autoridade superior, como recurso hierárquico, bem como para análise da Procuradoria Jurídica;

Termos em que, pede deferimento.

Salvador - BA, 16 de outubro de 2024.

Assinado digitalmente por:
PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA
CPF: ***.877.675-**
Certificado emitido por AC CNDL RFB v3
Data: 16/10/2024 21:51:50 -03:00



Priscila Oliveira de Almeida Souza
Gerente de Licitações- IGH



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: UKTB5-5DL3D-G8KXK-TAJDS

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ PRISCILA OLIVEIRA DE ALMEIDA SOUZA (CPF ***.877.675-**) em 16/10/2024
21:51 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/UKTB5-5DL3D-G8KXK-TAJDS>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>